



CÂMARA DOS DEPUTADOS

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0439/10	DATA: 28/04/2010
INÍCIO: 15h07min	TÉRMINO: 17h09min	DURAÇÃO: 02h01min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h01min	PÁGINAS: 46	QUARTOS: 25

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
ANDRÉ BARRENCE – Gerente-Adjunto do Projeto Copa 2014 do Governo de Minas Gerais, em substituição ao Governador do Estado, Sr. Antonio Anastasia. EVERALDO AUGUSTO – Chefe de Gabinete da Secretaria Extraordinária do Comitê Gestor Estadual da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014, do Estado da Bahia, em substituição ao Secretário Extraordinário, Sr. Ney Campello.

SUMÁRIO: Debate, com os responsáveis pela organização da Copa do Mundo 2014 nas cidades-sede, acerca dos atrasos nas obras para a Copa do Mundo de 2014 e das medidas necessárias para mudar essa situação, sem prejuízo para os cofres públicos.

OBSERVAÇÕES
Houve exibição de imagens. Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Felipe Bornier) - Declaro abertos os trabalhos da reunião de audiência pública da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, aprovada a requerimento dos Deputados Silvio Torres e Paulo Rattes, destinada a debater, com os responsáveis pela organização da Copa do Mundo 2014 nas cidades-sede, acerca dos atrasos nas obras para a Copa do Mundo de 2014 e das medidas necessárias para mudar essa situação, sem prejuízo para os cofres públicos.

Convido para compor a Mesa o Sr. Everaldo Augusto, Chefe de Gabinete da Secretaria Extraordinária do Comitê Gestor Estadual da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014, no Estado da Bahia, em substituição ao Secretário Extraordinário, Sr. Ney Campello; o Sr. André Barrence, Gerente-Adjunto do Projeto Copa 2014 do Governo de Minas Gerais, em substituição ao Governador do Estado, Sr. Antonio Anastasia.

Passo a palavra ao Dr. André Barrence, Gerente-Adjunto do Projeto Copa 2014 do Governo de Minas Gerais, em substituição ao Governador do Estado, Sr. Antonio Anastasia.

O SR. ANDRÉ BARRENCE - Boa tarde Sras. e Srs. Deputados, senhores membros da Mesa, é uma honra para o Estado de Minas apresentar aqui o seu projeto da Copa do Mundo de 2014 e explicar como está sendo organizado todo esse projeto, que é muito amplo, multissetorial, e que não é simples de ser conduzido. Por isso, a necessidade de uma governança bem sólida, consolidada.

Espero que nestes 20 minutos a mim destinados, os senhores possam ter ideia das ações que vêm sendo conduzidas pelo Estado.

É muito importante ressaltar que o Estado por si só não é responsável por todas as ações, existe uma parceria já muito bem consolidada com a Prefeitura de Belo Horizonte e com o Governo Federal.

Vou tratar basicamente das ações cuja responsabilidade remete, única e exclusivamente, ao Estado de Minas Gerais e explicar como está estruturado o projeto da Copa no nosso Estado.

(Segue-se exibição de imagens.)

Como disse, a questão da governança desse processo e da organização do projeto foi colocada desde o primeiro momento como sendo fundamental para que tenhamos êxito necessário quando da realização do evento, em 2014. Pensando

[P_19681] Comentário: Supervisor.:Graç

[MSOffice2] Comentário: Sessão:0439/10
Quarto:1 Taq.:Herieudes Rev.:



nisso, foram constituídos 2 grupos. Um grupo, cujo foco seria mais estratégico, é justamente o Núcleo Gestor da Copa, presidido pelo Governador Antonio Anastasia e composto pelas seguintes Secretarias: de Planejamento, da qual sou parte e gerente do projeto; de Esporte e Juventude, como não poderia deixar de ser; de Desenvolvimento Econômico, por toda a abrangência que o evento traz, e esperamos alavanque investimentos para o Estado; de Turismo; de Transportes e Obras Públicas; o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, um parceiro forte do Estado em diversas áreas de atuação; e o Programa Estado para Resultados, criado em 2007, cujo objetivo nada mais é do que proporcionar e entregar os resultados esperados à população.

É um programa instituído pelo Vice-Governador, à época, Antonio Anastasia, cujo objetivo é nada mais do que acelerar o desenvolvimento e as entregas das ações e dos projetos, através do monitoramento e da avaliação das políticas desenvolvidas nas diversas áreas do Estado.

Abaixo desse Núcleo Gestor, existe o Comitê Executivo, com representantes das Pastas que constam também do Núcleo de Gestão e presidido pelo Coordenador do Programa Estado para Resultados. **Consideramos** esse núcleo o responsável pela parte mais tática do projeto, ou seja, por fazer o *link* entre o que foi decidido na estratégia, por meio do Núcleo Gestor, e a execução, que é de responsabilidade do Escritório de Projetos da Copa, um núcleo consolidado, bem definido, de profissionais que trabalham exclusivamente com esse projeto. Hoje, nesse núcleo, nesse escritório, somos 7 profissionais dedicados praticamente *full time* ao gerenciamento do projeto.

Aqui, como foi pensada, como foi estruturada a questão analítica do projeto. Há 3 focos principais: estádios alternativos, que chamamos de infraestrutura; pré-operação Copa, que abarca as questões de infraestrutura esportiva, infraestrutura de mobilidade urbana, serviços turísticos e rede hoteleira, infraestrutura de utilidade pública; comunicação; e requisitos FIFA.

Se dividirmos isso, em termos de etapas, é possível dizer que estamos focando atualmente em 2 pontos principais. O primeiro seria a questão dos estádios alternativos, porque enquanto o palco principal do espetáculo, o Mineirão, estiver fechado para reforma, o mundo do futebol não pode parar. Pensando nisso, foram

[MSOffice3] Comentário: Sessão:0439/10
Quarto:2 Taq.:Herieudes Rev.:



escolhidos 2 estádios, que já existiam, para que fossem modernizados ou reformados, para receberem os jogos dos times mineiros no período em que o Mineirão estiver fechado: o Estádio Raimundo Sampaio, que anteriormente pertencia ao América, e vai passar à responsabilidade do Estado pelo período de 20 anos; e o estádio do Democrata de Sete Lagoas, conhecido como Arena do Jacaré, que vai passar à responsabilidade do Estado, que está sendo reformado para receber esses jogos.

Quanto à infraestrutura esportiva, estamos tratando especificamente do Estádio do Mineirão. Como os senhores sabem, o Mineirão, considerado o segundo maior estádio do País, vai passar por uma reforma conceitual. Os senhores vão ver à frente, na minha exposição, que ele vai receber um novo conceito não só de um estádio, mas de uma arena multiuso. Existe um projeto de revitalização de toda a área do Mineirão, para que ele atenda à população ao longo de toda a semana, ao longo de todo o ano, e não somente nos dias de espetáculo de futebol. Existe toda uma nova conceituação em torno do Estádio do Mineirão.

Parte de operação da Copa. Sabe-se que é um evento que dura 30 dias, mas que envolve uma série de atores que necessariamente devem estar muito bem orquestrados antes da realização do evento, para que na hora do espetáculo nada saia fora do esperado. Para isso, foi concebido um planejamento estratégico, em parceria com a Prefeitura, o qual vai ser lançado amanhã pelo Governador do Estado e o Prefeito de Belo Horizonte, contendo uma carteira de projetos que vão abarcar justamente essas áreas elencadas na minha apresentação, quais sejam: o Estádio propriamente dito; a mobilidade urbana ao longo da realização do evento; a questão de turismo e a rede hoteleira; a comunicação, que também é um ponto fundamental para a FIFA — e não poderia deixar de ser, porque se trata do espetáculo mais visto no mundo —; a utilidade pública ao longo de toda a competição, e os requisitos apresentados pela FIFA como condição *sine qua non* para realização do evento. Todas essas pernas do projeto estão contempladas nesse planejamento estratégico. Lembro que as demais áreas de pré-operação e de infraestrutura também estão constando nesse documento que vai ser lançado amanhã e disponibilizado para toda a sociedade.



Passo agora à questão dos estádios alternativos. Como havia dito, o Estado escolheu 2 estádios para que fossem palco do futebol mineiro durante o período em que o Mineirão estiver fechado. O primeiro deles é a Arena do Jacaré, que fica no Município de Sete Lagoas, distante 65 quilômetros da Capital, Belo Horizonte. Dentro do projeto previsto para a Arena do Jacaré haverá os seguintes procedimentos: aumento da capacidade para 25 mil lugares; assentos individuais para os torcedores; ampliação do estacionamento para 600 vagas; ampliação das áreas comuns, das áreas de convivência do estádio e das áreas reservadas para cadeiras cativas e a imprensa, tendo em vista que o estádio vai abrigar jogos do porte do Campeonato Brasileiro e, se for o caso, até da Libertadores, dependendo do desempenho do time mineiro, o Cruzeiro, na competição.

Trouxe um material fotográfico para dar melhor noção da evolução da obra, de como estamos na linha do tempo em termos de execução.

Esta foi uma obra que recebeu o *start* em dezembro de 2009. Lembro que era um estádio municipal praticamente demolido. Num segundo momento, já em fevereiro, temos um estádio com estrutura praticamente toda pré-moldada e já recebendo novos assentos, cabinas, cobertura, iluminação, atendendo a requerimentos tanto do Estatuto do Torcedor quanto das emissoras de televisão para receber e televisionar os jogos.

Em março já tínhamos o gramado praticamente todo implantado. Agora, em abril — esta é a imagem mais recente, feita no dia 26 —, já está com as cabinas de televisão e de rádio quase implantadas, com infraestrutura, rede lógica, enfim, tudo o que é necessário para que os jogos sejam transmitidos e televisionados para todo o País.

Lembro que a previsão de término dessa obra do Estádio Arena do Jacaré é na segunda quinzena de maio. Provavelmente teremos já alguns jogos do Campeonato Brasileiro sendo realizados ali, antes mesmo da realização da Copa deste ano. É um estádio que ficou orçado em pouco menos de 12 milhões de reais, além de toda uma intervenção nos acessos viários e na infraestrutura local para que a cidade receba os jogos dos campeonatos e as torcidas.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

[P4] Comentário: Sessão:0439/10 Quarto
Taq.:Katia Rev.:



O SR. ANDRÉ BARRENCE - Perdão, esse é o Independência. Voltando à imagem anterior, vemos — agora, sim — o Arena, que, como disse, ficou em aproximadamente 12 milhões, além da infraestrutura local, que vai ser toda melhorada para receber um contingente de torcedores que a cidade anteriormente não recebia com os jogos apenas do time local.

O Estádio Independência, que, como disse, seria o segundo a ser melhorado ou reformado ou, num termo mais correto, modernizado, remete à torcida do América Futebol Clube, terceiro time de Belo Horizonte. Seu projeto prevê a ampliação da capacidade para 25 mil lugares, completa infraestrutura de serviços, estacionamento de 500 vagas, sendo 174 delas cobertas, além de vagas para motocicletas e bicicletas. Não sei se todos o conhecem, mas é um estádio que fica numa área bastante urbanizada da cidade, no meio de um bairro. A questão do acesso está sendo providenciada em parceria com a Prefeitura e a Megatrans, empresa responsável pelo transporte urbano da cidade.

O projeto está sendo executado em parceria com o Governo Federal, de modo que temos um convênio com o Ministério do Turismo para a parte de infraestrutura. O projeto foi orçado em 46 milhões, recursos que vão prover o estádio de infraestrutura muito moderna, com áreas de convivência como uma arena multiuso bastante atual.

Se os senhores olharem essa fotografia, a princípio parece que o estádio sofreu uma regressão. Ocorre que ele está sendo todo jogado no chão e reconstruído, para que possamos atender também aos requisitos da CBF para a realização de jogos do Campeonato Brasileiro.

Este é o panorama atual do Estádio Independência, que vai ser todo reconstruído para chegar àquelas imagens que vimos anteriormente.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. ANDRÉ BARRENCE - São 46 milhões: 30 milhões do Governo Federal e 16 milhões do Estado.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - O outro é só o Estado?

O SR. ANDRÉ BARRENCE - Só o Estado.



Lembro que esse é um estádio que vai passar à administração do Estado por meio de sua autarquia responsável, que é a Administração de Estádios do Estado de Minas Gerais, pelo período de 20 anos.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. ANDRÉ BARRENCE - Na verdade, não. Ele sempre foi do Estado. Mas, historicamente, o América alegava sua propriedade.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. ANDRÉ BARRENCE - Era municipal.

Por fim, o grande palco da Copa do Mundo em Minas Gerais, o Mineirão, ou o novo Mineirão, dentro desse conceito mais moderno de que falei aos senhores anteriormente.

Nesse novo projeto, temos alguns números bastante interessantes. Não sei se todos conhecem a estrutura do Mineirão, mas vamos fazer reformas bastante contundentes no entorno do estádio. Lembro que toda a sua parte de infraestrutura e o anel externo não podem ser modificados por questões de patrimônio histórico, o que foi e será respeitado nos projetos.

Será construída uma esplanada com cerca de 70 mil metros quadrados. A sua capacidade ficará em torno de 69 mil assentos, o que o qualificará tranquilamente para ser o palco da abertura da Copa de 2014. Vai haver uma aproximação dos assentos ao campo, nos moldes do que existe hoje nos estádios europeus, propiciando, obviamente, melhor visibilidade. Também novas bilheterias, todas no padrão da FIFA. Melhoria de acesso ao interior do estádio, reformulação dos vestiários e das áreas reservadas a atletas e juízes, construção de uma área VIP, ou camarotes FIFA, com 8 mil metros quadrados, acesso exclusivo à área de imprensa e clubes, e ainda criação de novos espaços comerciais e de convivência dentro do estádio.

Este é o cronograma das intervenções do novo Mineirão. Vejamos como foi realizado esse cronograma. O projeto do Mineirão como um todo foi dividido em 3 etapas. A primeira constituiu-se basicamente de reforço estrutural do anel externo do Mineirão. Essa etapa foi iniciada em janeiro de 2010, para ser mais exato no dia 22 de janeiro, e tem sua previsão de término para junho de 2010. A princípio, no dia 24 de junho teremos a primeira etapa concluída. Essa foi uma etapa cujo valor fechou



em 8 milhões de reais e dará ensejo a uma segunda etapa, essa sim de intervenções mais contundentes na estrutura do estádio, já com demolições e escavações, que terá início justamente em julho de 2010.

Até junho de 2010 o Mineirão estará aberto. Os estádios alternativos que mostrei aos senhores estarão em pleno funcionamento a partir do segundo semestre de 2010, com o fechamento do Mineirão.

A terceira etapa seriam as principais intervenções do projeto. Teria início em dezembro de 2010 ou em janeiro de 2011 — a princípio em dezembro de 2010, mas sempre sujeita a algum atraso na segunda etapa.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. ANDRÉ BARRENCE - Toda a estrutura do anel do Mineirão, não sei se o senhor conhece, é tombada pelo Patrimônio Histórico. Como não vamos mexer nessa estrutura, optou-se por manter o estádio aberto, com a realização de jogos, e fazer o reforço externo da infraestrutura. Apenas na segunda etapa, quando as intervenções forem no estádio propriamente dito, com rebaixamento do gramado, o Mineirão será fechado. O reforço estrutural é todo externo, não há nada interno no estádio. De modo que os torcedores não sofrerão nenhum tipo de incômodo em razão dessas intervenções.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Por que ele é necessário?

O SR. ANDRÉ BARRENCE - Já verão, pelo projeto, o motivo pelo qual é necessário.

Aqui se trata justamente da primeira etapa, que é o reforço estrutural dos anéis do Mineirão, cuja necessidade os senhores já verão.

A ordem de início do projeto foi dada no dia 25 de janeiro, o projeto foi aprovado pelo Conselho do Patrimônio Histórico Municipal em março, e temos os projetos da primeira e da segunda etapas concluídos. A licitação da segunda etapa foi posta a público em 16 de abril, no valor de R\$3 milhões. Essa etapa vai se estender de junho a dezembro de 2010.

Este é o novo conceito do Mineirão — imagem aérea. Aqui estamos tratando do **Complexo Mineirão/Mineirinho**. Lembramos que, para a Copa do Mundo, as intervenções mais estruturais em infraestrutura vão se dar apenas no Mineirão. O Mineirinho, que é parte do complexo, vai servir apenas de apoio à mídia ao longo da

[MSOffice6] Comentário: Supervisor.:J. Carlos

[p7] Comentário: Na Internet existem as grafias Complexo Mineirão Mineirinho, Complexo Mineirão-Mineirinho e Complexo Mineirão/Mineirinho.



Copa. O centro de mídia do Mineirão vai ser no Mineirinho. Para isso, vai ser construída uma passarela para ligar a estrutura do Mineirão à do Mineirinho, passando sobre a Av. Abrahão Caram.

[p8] Comentário: Avenida Antônio Abrahão Caram

Por esta outra foto dá para os senhores verem melhor.

Como podem ver aqui, vai ser construída essa esplanada de 70 mil metros quadrados. Todo o desnível que existe no estacionamento do Mineirão, até a chegada ao estádio, vai ser reduzido. Vamos ter um amplo estacionamento descoberto aqui e um coberto embaixo dessas marquises — uma norte e uma sul.

Não tenho caneta para apontar, mas, para os senhores terem ideia, temos um estacionamento à direita, uma primeira marquise sul e uma marquise norte — toda a esplanada ao redor do Mineirão.

Aqui vemos a avenida de acesso principal ao estádio, que vai contar com pontos de tráfegos de ônibus, ampla melhoria para tráfego local e a passarela passando sobre a Av. Abrahão Caram, fazendo a ligação com o Mineirinho, que vai ser o centro de mídia durante a realização do evento.

Esta é apenas outra vista da esplanada sobre as rampas de acesso; abaixo, os estacionamentos cobertos.

Esta já é uma vista mais real de como vai estar estruturada esta esplanada.

Aqui a passarela. Temos aqui uma visão de quem está no Mineirinho vendo o Mineirão. Trata-se de uma passarela de aproximadamente 20 metros de largura. Vamos ter uma ampla área de convivência para os torcedores, com diversos tipos de facilidades e áreas de comércio.

Aqui temos uma vista interna do novo Mineirão. Se atentarmos, Deputado, o senhor pode notar que existe uma nova cobertura sendo construída dentro da estrutura. Nela, sim, há necessidade de reforço estrutural. Ela é ancorada na estrutura de cimento já existente. Toda essa estrutura externa, que faz parte do complexo, vai ser reforçada para receber essa cobertura aqui que vai ser ampliada até as arquibancadas e cadeiras inferiores, já que a “geral” vai deixar de existir.

Aqui podemos ter uma noção um pouco melhor. Vamos ter as arquibancadas superiores; os camarotes FIFA, que depois vão poder ser utilizados para outros fins; a “geral”, que vai dar lugar a novas cadeiras, mais próximas ao campo. E o gramado vai ser rebaixado em 3,2 metros, 3,5 metros, propiciando melhor visibilidade do



campo em todo o estádio. Vai haver essa cobertura independente para cobrir o anel inferior, estrutura que necessitou de reforço estrutural em toda a parte externa de cobertura do estádio, que foi justamente a primeira etapa.

Aqui, para termos ideia, vemos que a parte pontilhada em azul representa a distância atual do público ao espetáculo. Fazendo uma projeção, os pontos mais distantes do gramado distam quase 40 metros. Com o novo projeto do Mineirão, a distância que qualquer assento vai estar do gramado vai ser de 20 metros, também seguindo-se o padrão já adotado em outras arenas esportivas ao redor do mundo.

Acho que não poderia deixar de trazer aqui quais são, do nosso ponto de vista, os principais desafios e os resultados esperados por todo este trabalho voltado para a Copa.

Os principais desafios acho que não são só inerentes a Belo Horizonte, ao Estado de Minas, mas ao cumprimento dos marcos da FIFA. São premissas básicas a que todos temos de nos ater. Temos de ter muita cautela com relação a esse atendimento.

Com relação à viabilização econômico-financeira dos projetos, existe a possibilidade de gestão compartilhada do Mineirão com a iniciativa privada, modelo que está sendo posto para consulta pública a partir das 10h de hoje, por 30 dias. Não é uma PPP propriamente dita, e também não é um modelo híbrido. É o que estamos chamando de gestão compartilhada. PPP seria um termo muito forte para este tipo de modelo que estamos propondo.

O modelo foi aberto hoje para consulta e vai ficar aberto por 30 dias. Vão ser realizadas audiências públicas para a discussão do projeto. Caso tenha viabilidade econômico-financeira, essa vai ser a opção principal para a reforma do Mineirão, tendo-se sempre como premissa a gestão dos investimentos e o custo/oportunidade do dinheiro público.

Acho que não seria incorreto da minha parte dizer que a decisão de investimento maciço de qualquer Estado para reforma de estádios ou de qualquer equipamento esportivo nos montantes que vimos tratando dos projetos precisa ser tomada com muita cautela. É justamente isso que vimos fazendo. Por isso mesmo, essas alternativas estão sendo vislumbradas. O controle das ações, pelo fato de se

[p9] Comentário: Sessão:0439/10 Quarto
Taq.:Veiga Rev.:



referir a um projeto multissetorial que envolve diversas Secretarias do Estado, precisa ser muito bem orquestrado, como já falei.

Obviamente, como resultado esperado figura a consolidação de uma nova imagem de Minas no mundo, sustentada por avanços na qualidade de vida para a população, um novo futebol mineiro, com equipamentos esportivos de Primeiro Mundo e ampla melhoria dos elementos urbanísticos e de mobilidade urbana na região metropolitana, e não só em Belo Horizonte.

Cidades mais seguras e bem cuidadas. Eu acho que temos oportunidade de desenvolver um sentimento de espírito cívico muito importante com a realização desse evento no Estado.

Deve haver também melhoria dos serviços públicos, para se receber um público e um organizador, como é o caso da FIFA, extremamente exigentes com a qualidade do que lhes é apresentado.

Há também atração de novos investimentos e oportunidade de trabalho. É uma janela real de oportunidade que se abre com a realização da Copa do Mundo no Brasil, em 2014.

Encerro minha apresentação aqui. Estou à disposição para responder a perguntas, caso alguém tenha alguma dúvida sobre o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Felipe Bornier) - Com a palavra o Deputado Silvio Torres.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Basicamente, o representante de Minas falou sobre os estádios. Evidentemente, a Comissão tem interesse em conhecer as outras obras, serviços e investimentos já previstos, inclusive a matriz de responsabilidade.

Como já passou seu tempo, sugiro que façamos as perguntas sobre os outros assuntos e, depois, demos oportunidade de falar ao representante de Salvador. Se quiser, pode falar só sobre os estádios. Podemos seguir o mesmo modelo. Não sei se a Relatora concorda com a sugestão de ouvirmos o representante de Salvador e, depois, perguntarmos sobre as outras obras.

A transparência que há é só sobre o estádio, não é isso?

O SR. ANDRÉ BARRENCE - Isso. Só da parte de infraestrutura desportiva.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Felipe Bornier) - Agradeço as palavras a André Barrence, Gerente-Adjunto do Projeto Copa 2014 do Governo de Minas Gerais.

Tem a palavra ao Sr. Everaldo Augusto, Chefe de Gabinete da Secretaria Extraordinária do Comitê Gestor Estadual da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014, no Estado da Bahia.

O SR. EVERALDO AUGUSTO - Em primeiro lugar, boa tarde a todos. Minha saudação inicial ao Presidente desta audiência. Queremos agradecer pelo convite feito pela Comissão de Fiscalização ao nosso Secretário, Dr. Ney Campello, que, por outras razões, não pôde comparecer aqui hoje, e aqui o estamos representando. A nossa intenção é idêntica à do nosso colega de Belo Horizonte: passar para a Comissão o estágio em que estão as ações preparatórias para a Copa do Mundo de 2014, na Bahia, em Salvador.

Assim que Salvador foi escolhida como uma das cidades-sede, o Governo do Estado e a Prefeitura assumiram essa como tarefa prioritária de governo e inseriram essa discussão da preparação da Copa do Mundo em todas as suas estratégias de planejamento de suas políticas. No caso do Governo do Estado, que represento, foi criada uma Secretaria Extraordinária para cuidar dos assuntos da Copa, a SECOPA, uma Secretaria Estadual, com secretário e uma equipe de trabalho. Isso foi criado no ano passado, no mês de setembro. Ainda estamos em fase de montagem da Secretaria. No entanto, ela já dá conta de diversas demandas colocadas pela tarefa de preparar a Copa do Mundo. Ao lado dessa Secretaria, ou como sustentação dessa Secretaria, foi constituído também, através de decreto do Governador, um Comitê Gestor da Copa, formado por 17 Secretarias, os chamados órgãos sistêmicos da Copa; ou seja, todas aquelas Secretarias que exercerão alguma atividade direta ou indireta na preparação da Copa estão ali participando desse Comitê Gestor. Por sua vez, esse Comitê Gestor institui alguns grupos de trabalho executivo.

Além desse Comitê Gestor, também está em fase de montagem um Comitê Unificado entre Estado e Prefeitura. É um Comitê menor para compatibilizar ações, democratizar informações, dividir responsabilidades.



Essa seria a estrutura institucional do Governo do Estado para tratar das ações preparatórias da Copa. A SECOPA, portanto, é uma Secretaria de gerenciamento de ações, de articulação dessas ações, que serão executadas por cada Secretaria; as ações de saúde, pela Secretaria de Saúde, as ações de segurança, pela Secretaria de Segurança. O estádio fica ligado à Secretaria do Trabalho e Esporte, e assim por diante. A SECOPA faria o trabalho de gerenciamento. Inclusive, estamos em fase de elaboração do chamado Plano Diretor da Copa, através de contratação de consultorias, debates e seminários. Estamos elaborando o chamado Plano Diretor da Copa, que é o planejamento estratégico do evento. Esse é o planejamento que foi apresentado por Belo Horizonte. No nosso caso, estamos em fase de conclusão desse planejamento estratégico. No entanto, não estamos partindo do zero. O Estado também não está parado, esperando planejar estrategicamente as ações para depois responder aos desafios colocados pela FIFA, pelo Comitê Organizador Local, chamado COL, um comitê da CBF que cuidará das questões da Copa.

[p10] Comentário: Comitê Organizador Local (COL)

A principal preocupação em todo esse planejamento, essa discussão desde o início, por parte do Governo do Estado, tem sido a de responder ao grande desafio que é o de, ao preparar a Copa, ter a preocupação central de construir legados da Copa. A Bahia como um todo carece de infraestrutura, pois tem problemas estruturais gritantes que precisam ser resolvidos. Obras que já deveriam ter sido feitas há muito tempo agora estão pautadas para acontecer, para que seja possível a Copa; obras que demandam grandes investimentos por parte do Governo do Estado e de outros parceiros, também. Isso se justifica na medida em que, estrategicamente, ele se vincule a esse grande desafio de construir legados econômicos, pensar na Copa também na sua dimensão econômica, e não somente na sua dimensão esportiva; tê-la como um grande indutor de crescimento econômico, porque isso, historicamente, já foi verificado em outras copas. Então, deve-se pensar nesses legados econômicos, na geração de empregos, na ativação de setores da economia, no fortalecimento até mesmo da cadeia produtiva do esporte; legados sociais do ponto de vista de melhorar os espaços urbanos, criar condições de maior conforto na cidade de Salvador, e, sobretudo, tratar de

[p11] Comentário: Sessão: 0439/10 Quart
Taq.: Paulo Domingos Rev.:



segmentos que historicamente são excluídos das políticas públicas, para que possam se incluir dentro dessas ações preparatórias da Copa.

Partimos do pressuposto de que é necessário ter como um dos objetivos da preparação da Copa o resgate do espaço que o futebol ocupa como um todo, sobretudo no imaginário da população baiana, partindo-se do pressuposto de que há uma crise no futebol da Bahia. Então a Copa do Mundo pode ser um dos fatores que nos levarão a resgatar o papel do esporte na Bahia.

Dando algumas informações mais objetivas, gostaria de falar sobre o ponto de partida dessas ações, que foi a matriz de responsabilidade, que aqui já foi citada, assinada pelo Governo Federal, governos estaduais e municipais das 12 cidades-sede nos 12 Estados, que estipula as responsabilidades de cada um desses entes federados perante a preparação da Copa, ou pelo menos algumas das principais responsabilidades. Nessa matriz de responsabilidade, como os senhores sabem, o Governo Federal se responsabiliza pelas ações de mobilidade relacionadas aos portos e aeroportos, e Estados e Municípios dividem responsabilidades de mobilidade urbana, de construção de arenas e de outros espaços urbanos. Existem também outras responsabilidades de outros Ministérios, como o turismo e outras, voltadas para a qualificação.

Essa matriz de responsabilidades, no caso do Estado da Bahia, resultou no compromisso do Governo do Estado de assumir a construção da nova arena do Fonte Nova e também de um corredor estruturante de tráfego do aeroporto até o acesso norte; e, em seguida, a nova arena do Fonte Nova. Esses são os 2 grandes investimentos que estão em andamento, relacionados à Copa, na Bahia. Como vocês sabem, o Estádio da Fonte Nova está desativado há 3 anos, mas há cerca de 2 anos já está em funcionamento um novo estádio, o Estádio de Pituaçu. Portanto, não há prejuízo no fato de aquela arena esportiva estar fechada, desativada. Ela será derrubada para que seja construído um novo estádio respeitando as linhas arquitetônicas, o patrimônio etc. A nova arena da Fonte Nova custará ao Governo do Estado cerca de 500 milhões de reais, enquanto o corredor estruturante, outros 500 milhões. Em contas redondas, está em torno de 1 bilhão de reais o custo dessas 2 grandes obras, que lá chamamos de PAC da Copa.



Além dessas 2 ações, relacionadas à arena e a esse corredor estruturante, temos também diversas iniciativas do Governo do Estado voltadas para a modernização da rede hoteleira, qualificação dos serviços na cidade de Salvador, tudo com base em programas do Governo Federal e com verbas do Governo do Estado.

Do ponto de vista de calendário das obras, a Fonte Nova vai ser construída através de uma PPP. O edital foi lançado no dia 15.10.2009. A contratação das obras após a licitação se deu no dia 21 de janeiro de 2010; e, nesse início de maio, na primeira semana, estarão sendo iniciadas as obras efetivamente do novo Estádio da Fonte Nova, mais precisamente no dia 8 de maio, embora estivessem previstas para ser iniciadas em abril. Já foram iniciadas as vistorias técnicas nas cercanias, no entorno do estádio, a par de outras ações, do ponto de vista do planejamento. As obras, efetivamente, começarão agora no dia 8 de maio, com a construção da nova arena da Fonte Nova, sendo que o fim das obras está previsto para o dia 31 de dezembro de 2112.

O modelo de financiamento será concluído no final de abril. As verbas do PAC da Copa, da matriz responsabilidade, são verbas de financiamento do BNDES, e há toda uma modelagem nesse financiamento. É necessário que o projeto básico do estádio seja aprovado pelo LOC; e, em sendo aprovado pelo LOC, levado para o BNDES. O BNDES, então, aprova esse financiamento, sendo que existe uma fase anterior a esse financiamento: ser aprovado nas assembleias legislativas. No caso da Bahia, foi aprovada ontem, na Assembleia Legislativa, a autorização ao Governo do Estado para que conclua o processo de financiamento dessas 2 obras, por carta consulta.

Portanto, isso será entregue no dia 30 de abril ao BNDES, e já no mês de maio teremos o processo de modelagem do financiamento concluído, tanto para a obra da Fonte Nova como para o corredor estruturante.

Gostaria de acrescentar mais algumas informações e depois me colocar à disposição para eventuais perguntas acerca desse processo de preparação das obras da Copa.

Há alguns desafios comuns a todas as cidades nas ações preparatórias da Copa. No dia 13 deste mês realizamos em Salvador uma primeira reunião das

[p12] Comentário: Parceria Público-Privada - PPP



idades sede, uma reunião importante que contou com representantes de 10 cidades e também dos Estados. Pela primeira vez, esses representantes, gestores, secretários, enfim, os responsáveis diretos pelas obras puderam discutir seus problemas comuns e sobre qual a melhor forma de apresentar, portanto, para os diversos entes parceiros na preparação da Copa, as possíveis soluções para os problemas enfrentados pelas cidades-sede.

Os investimentos da Copa são vultosos, como todos já sabem, e dependem diretamente da participação do Estado. A matriz de responsabilidade é uma grande vitória, porque dá tratamento objetivo às ações de preparação da Copa. No entanto, são verbas a título de financiamento, que trazem, por si só, problemas para os Estados, que já estão endividados; no caso das cidades, então, nem se fala.

No caso de Salvador, o financiamento das obras do estádio seria do Governo do Estado; do corredor estruturante, da Prefeitura, só que a Prefeitura não tem condição de endividamento. Então, o Estado teve que assumir. Chegou-se a esse tipo de circunstância: ou o Estado assume a responsabilidade, no caso de o ente parceiro não poder, ou então a obra não será realizada.

Uma primeira questão levantada nesse debate entre as cidades-sede reunidas em Salvador no dia 13 de abril foi justamente discutir com o Governo Federal verbas do Orçamento da União destinadas a essas ações da Copa. É fundamental que verbas dessa natureza sejam destinadas, porque as notícias que temos é de que nas copas mais recentes houve investimento maciço mais por parte dos entes federados do que dos entes mais secundários, vamos dizer assim, tanto na Alemanha quanto na Coreia.

Esse é um verdadeiro gargalo que as cidades e os Estados estão enfrentando para fazer frente a essas ações da Copa, não somente do ponto de vista de construção dos estádios, mas também para fazer frente a outras demandas, sobretudo a de mobilidade urbana e outras relacionadas com melhoria dos serviços das estruturas que as cidades poderão oferecer. Além disso, também as obras sob responsabilidade do Governo Federal, como as de portos e aeroportos, precisam ter início quanto antes.

Era isso que eu gostaria de trazer para os senhores, e coloco-me à disposição.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Felipe Bornier) - Agradeço as palavras do Sr. Everaldo Augusto, Chefe de Gabinete da Secretaria Extraordinária do Comitê Gestor Estadual da Copa do Mundo 2014, do Estado da Bahia.

Concedo a palavra à Relatora desta Subcomissão de Acompanhamento das Obras do PAC, Deputada Rebecca Garcia.

A SRA. DEPUTADA REBECCA GARCIA - Em primeiro lugar, queria tirar uma dúvida. Na apresentação do Sr. André foi dito que aquela parte do reforço estrutural, de 8 milhões, começou no dia 22 de janeiro e que a previsão de término é em junho de 2010. Só que depois o senhor falou — não sei se eu entendi — que o projeto foi aprovado apenas em março. Então a obra do reforço estrutural já tinha começado sem a aprovação do projeto, ou começou só em março? Porque parece-me que essa estrutura é patrimônio histórico, pelo que entendi.

O SR. ANDRÉ BARRENCE - Porque não houve qualquer tipo de alteração na estrutura, então o reforço não necessitava obrigatoriamente dessa aprovação do Comitê.

A SRA. DEPUTADA REBECCA GARCIA - Foi só para constar. Afinal, esse não era um requisito?

O SR. ANDRÉ BARRENCE - Exatamente. A aprovação do patrimônio foi, sim, desse projeto novo, do projeto conceitual, que é aquela imagem mais nova que eu mostrei.

A SRA. DEPUTADA REBECCA GARCIA - Está certo.

No caso de Minas Gerais, existe uma parceria bem definida entre Estado e Prefeitura. Como ouvimos aqui do nosso companheiro de Salvador, e temos visto em outras capitais, a capacidade de endividamento das capitais é bem restrita, e muitas vezes o Estado tem que dominar grande parte dessa responsabilidade.

Eu gostaria de entender o que ficou como responsabilidade do Estado e o que ficou como responsabilidade da Prefeitura, já que no caso de Minas houve realmente essa divisão de responsabilidade.

O SR. ANDRÉ BARRENCE - Como relatou o nosso colega da Bahia, no nosso caso existe também esse comitê formado por representantes de ambas as esferas. Quando começou o planejamento da Copa do Mundo, que resultou naquela estrutura analítica de projeto que eu demonstrei para os senhores, quase que



naturalmente houve uma divisão, depois efetivada com a matriz de responsabilidade; e da seguinte forma: o Estado de Minas Gerais ficaria responsável pela parte de infraestrutura esportiva, que são esses 2 estádios alternativos e o novo Mineirão — inclusive também recorrendo, se for o caso, à linha de financiamento do BNDES para reforma dos estádios —, e a Prefeitura ficaria com a parte de mobilidade urbana, através da sua empresa responsável, a BHTrans.

Nessa matriz de responsabilidades, e como parte, inclusive, do PAC de Mobilidade, a Prefeitura apresentou diversos projetos ao Ministério dos Transportes, e ao Governo Federal como um todo, sobre os quais ela ficaria responsável também como tomadora de empréstimo, se fosse o caso.

Há algumas intervenções, por exemplo, na Av. Antônio Carlos, com a implantação de BRT — Transporte Rápido por Ônibus — esse foi um dos projetos apresentados. E outras como: implantação de BRT na Av. Carlos Luz; construção da Via do Ouro. Quanto a essa parte de mobilidade urbana, dentro da cidade, ficou muito bem definido que isso ficaria a cargo da Prefeitura.

O Estado, por sua vez, ao longo dos últimos anos, realizou diversas intervenções de caráter mais metropolitano que serviram muito bem ao propósito da Copa do Mundo. A Linha Verde, a própria Av. Antônio Carlos, que faz uma ligação grande e que passa por dentro da cidade, foram intervenções do Estado.

Especificamente para essas novas obras, esses novos projetos de mobilidade, definiu-se que elas ficariam a cargo da Prefeitura, enquanto o Estado seria o responsável por toda a parte de infraestrutura esportiva.

A SRA. DEPUTADA REBECCA GARCIA - Então, nesse caso, esse valor de 1 bilhão e 522 milhões de mobilidade urbana é responsabilidade da Prefeitura?

O SR. ANDRÉ BARRENCE - Sim. E, só para fazer um adendo, eu ainda não sei qual o montante desse valor que será financiado. Eu também não saberia dizer se esse montante é do total dos projetos ou se é uma parte.

A SRA. DEPUTADA REBECCA GARCIA - A outra pergunta era sobre mobilidade urbana. Mas vejamos outra coisa: quanto ao valor da arena, esse valor que já está aqui (426 milhões) já contempla tudo, ou é apenas a obra? Ele já contempla painel eletrônico, bancos etc.?

O SR. ANDRÉ BARRENCE - Cem por cento.



A SRA. DEPUTADA REBECCA GARCIA - Então ela vai ser entregue com 100%.

Eu sei que isto não é do Estado, mas como o senhor é de lá então saberia responder: gostaria de saber se já se iniciou algum projeto de mobilidade urbana.

O SR. ANDRÉ BARRENCE - Os editais foram todos publicados; inclusive, alguns desses projetos seriam implantados, após a finalização de obras, em parceria entre os 2 entes. Po exemplo, a obra na Av. Antônio Carlos é uma parceria entre Prefeitura e Estado para a implantação da infraestrutura viária em si, e parte de mobilidade com o transporte rápido por ônibus, aí sim, seria financiada 100% pela Prefeitura. Ela já teve seu edital publicado. Estão todos na praça esperando o prazo legal para que seja dado início à obras.

A SRA. DEPUTADA REBECCA GARCIA - Nós temos também aqui informações de que a rede hoteleira de Belo Horizonte se encontra bem aquém do necessário e do exigido pela FIFA. Eu queria saber se o Estado está contribuindo, de alguma maneira, com a preparação da cidade de Belo Horizonte para essa hotelaria ou se isso vai ser só investimento privado. Pergunto se tem alguma coisa nesse sentido.

O SR. ANDRÉ BARRENCE - É importante ressaltar que, quando se trata da questão da rede hoteleira, existe uma discussão sobre a questão de leitos mínimos, número mínimo de vagas em hotel etc. Mas não se trata de uma exigência da FIFA nominal em relação a essas vagas. Não há uma exigência da FIFA nominal em relação a isso. O que a FIFA coloca é que existe um raio máximo para que as pessoas estejam hospedadas em relação à cidade-sede. É óbvio que a principal fonte de investimento seria advinda da iniciativa privada. Porém, obviamente, o Estado tem que trabalhar como indutor desse processo — e tem trabalhado como indutor. Uma dessas iniciativas resulta inclusive numa operação de crédito que o Estado está firmando com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, que é o PRODETUR Nacional, o qual foca basicamente a região metropolitana de Belo Horizonte e também a questão da potencialização ou de apoio à rede hoteleira nesse raio exigido pela FIFA, que não só na cidade de Belo Horizonte. O Estado trabalha com a expectativa de criação de vagas, ou de quartos, ou de leitos não só na região central da cidade, mas também na região metropolitana como um todo.



O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Não existe uma exigência da FIFA quanto a número de leitos?

O SR. ANDRÉ BARRENCE - Não.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Nem para se candidatar a sediar a abertura da Copa?

O SR. ANDRÉ BARRENCE - Não. A única exigência é com o tamanho do estádio, que tem de ter 69 mil assentos.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - A informação que a gente tem é de que existe uma exigência de 40 mil leitos para que se possa sediar a abertura da Copa.

O SR. ANDRÉ BARRENCE - Na verdade, não existe esse número fixo. Existe uma projeção com base no tamanho do estádio. E aí a FIFA coloca apenas esse raio, a que se deve obedecer.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Mas não tem um número fixado?

O SR. ANDRÉ BARRENCE - Como requerimento, não.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - E quando vocês assumiram o compromisso de sediar, foi colocado algum número?

O SR. ANDRÉ BARRENCE - Não. Não existe esse compromisso de criação obrigatória de número de vagas.

A SRA. DEPUTADA REBECCA GARCIA - Eu queria saber se está havendo algum tipo de investimento ou projetos na área de segurança. A gente sabe que, como toda grande cidade do País, Belo Horizonte enfrenta grandes problemas de segurança; e, no caso, Belo Horizonte estaria um pouco acima do aceitável. Não sei se o Estado está bancando algum projeto na área de segurança.

O SR. ANDRÉ BARRENCE - Hoje, na área de segurança, a gente já tem uma carteira de projetos específicos, a qual está sendo trabalhada não só em Belo Horizonte, mas, como eu disse, na região metropolitana como um todo. E para a Copa do Mundo a gente tem como parte desse planejamento estratégico, que vai ser lançado amanhã, projetos específicos tanto para a pré-operação quanto para a operação propriamente dita. Nós não temos por hábito lidar com questões relacionadas a combate a terrorismo. Todo esse tipo de preparação está contemplado nesse planejamento e nesses projetos de operação. Além disso, a



Prefeitura já trabalha muito em parceria com o Estado com relação a projetos para monitoramento e vigilância das zonas centrais da cidade. Isso, obviamente, vai ser intensificado ao longo da competição.

A SRA. DEPUTADA REBECCA GARCIA - Nesse caso, os recursos já são previstos?

O SR. ANDRÉ BARRENCE - Já estão previstos. Existe uma carteira, e o Estado trabalha com ela. E isso está previsto inclusive no PPAG e na Lei Orçamentária, obviamente. O Estado já trabalha com essa carteira na parte de defesa social.

A SRA. DEPUTADA REBECCA GARCIA - Eu não sei se o Deputado Sílvio gostaria de perguntar alguma coisa. Depois a gente abre para outros.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Estava pensando em fazer tudo para Minas; depois, se for o caso, a gente volta. Na verdade, a Deputada Rebecca fez as perguntas que eu imaginava fazer. Mas eu queria complementar.

A primeira pergunta é sobre o custo do estádio. Esses 426 milhões, como você já respondeu, já incluem os custos dos equipamentos. Pergunto: os custos em estrutura já estão incluídos nesses 426 milhões?

O SR. ANDRÉ BARRENCE - Os 426 milhões correspondem à terceira etapa.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - A esse número nós devemos acrescentar os 8 milhões da infraestrutura, os 12 milhões da arena de Jacaré e mais os 46 milhões do Independência — é isso?

O SR. ANDRÉ BARRENCE - Não. Os 2 estádios alternativos a gente tratou em separado.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Sim, eu sei. Mas digo que tudo isso é custo de infraestrutura para sediar a Copa, ou não é?

O SR. ANDRÉ BARRENCE - É. Se formos tratar de uma forma global, sim.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - E como responsabilidade do Governo do Estado.

O SR. ANDRÉ BARRENCE - Sim, responsabilidade do Governo.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Ele deve estar assumindo isso no orçamento dele. Dentro do orçamento do Estado já estão previstos esses recursos. É isso?



O SR. ANDRÉ BARRENCE - As intervenções na arena do Jacaré, que seriam os 12 milhões; as intervenções no Independência, que seriam esses 16 milhões como contrapartida ao recurso federal, bem como a etapa 1 e a etapa 2, todos esses foram 100% do Governo do Estado.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - E qual vai ser a sustentabilidade dessas arenas de infraestrutura?

O SR. ANDRÉ BARRENCE - No longo prazo?

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Depois da Copa.

O SR. ANDRÉ BARRENCE - Justamente esse é o tema central desse modelo de gestão compartilhada que está sendo apresentado hoje. Minas Gerais, assim como outros Estados...

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Eu só queria pedir que você detalhasse esse modelo a que você se referiu.

O SR. ANDRÉ BARRENCE - O que a gente tem aqui? Esse não é um modelo de PP puro, como a gente tem nos outros empreendimentos do Estado que já foram realizados. Trata-se, sim, de modelo de gestão compartilhada, o que desoneraria o Estado principalmente de fazer um investimento muito vultoso num período de espaço bastante curto. Ou seja, a gente teria 4 anos para fazer um investimento de quase 500 milhões de reais. Haveria, sim, um modelo de gestão ou uma concessão por 25 anos, pelo qual o Estado faria o pagamento desse investimento ao longo desse prazo. Obviamente, esses pagamentos estariam atrelados à questão de índices de qualidade, índices de desempenho do concessionário.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Pagamento a quem ganhou a concessão?

O SR. ANDRÉ BARRENCE - Isso, ao concessionário.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - O Estado pagaria durante quanto tempo?

O SR. ANDRÉ BARRENCE - Pagaria de acordo com o desempenho em determinados indicadores que ele estabeleceria com o concessionário, como indicadores de qualidade de serviço, limpeza, acesso, diversos quesitos que constam em edital que o parceiro tem que atender para fazer jus àquela



remuneração. E aí é importante colocar muito claro que isso é um debate conduzido de forma muito ampla, com a participação dos clubes. A sociedade também está sendo consultada. Como eu disse, a consulta pública foi posta hoje, a partir das 10 horas, e haverá uma audiência para discussão disso. É um modelo inovador. Não estamos reinventando a roda, porque esse já é um modelo consagrado em outros locais no mundo. É, sobretudo, um modelo que desonera o Estado de fazer um investimento desse montante, como eu já disse, algo em torno de 500 milhões de reais. E isso, por exemplo, qualificaria o Mineirão para ser não só um centro de espetáculo de futebol, mas também um palco para outros fins. O parceiro privado pode destiná-lo a outros fins.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Desculpe-me. Não estou entendendo muito bem isso. O Estado vai bancar os 421 milhões desde já? Ele vai construir o estádio?

O SR. ANDRÉ BARRENCE - Não. A infraestrutura ficaria por conta do parceiro.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - A reforma do Mineirão será feita pelo Estado, com dinheiro do orçamento do Estado?

O SR. ANDRÉ BARRENCE - De acordo com esse modelo, não.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Então o parceiro privado é que vai assumir o empréstimo do BNDES.

O SR. ANDRÉ BARRENCE - Exatamente. Se necessário, dependendo do ganhador, se ele achar necessário assumir esse empréstimo, ele tomaria o empréstimo do BNDES, e daí seria o responsável pela construção da infraestrutura.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - O que o senhor chama de infraestrutura é a construção do estádio?

O SR. ANDRÉ BARRENCE - Exatamente.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Com todos os equipamentos?

O SR. ANDRÉ BARRENCE - Exatamente.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Agora eu estou entendendo. Estava imaginando que o Estado iria construir o estádio e depois conceder o uso dele.

O SR. ANDRÉ BARRENCE - Não. É desde o momento da construção.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Desde logo.



O SR. ANDRÉ BARRENCE - Isso.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - E quanto a essa parceria imaginada com os clubes ou com os investidores? Porque, como sabemos, os clubes não têm capacidade mínima de assumir qualquer financiamento ou qualquer compromisso.

O SR. ANDRÉ BARRENCE - Com investidores.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - E como ficariam os clubes no processo?

O SR. ANDRÉ BARRENCE - Houve já uma discussão muita ampla, Deputado, com a seguinte premissa: não haver queda de renda ou de arrecadação por parte dos clubes pela utilização do equipamento. Ou seja, toda a parte de bilheteria mantém-se com os clubes. Isso foi discutido e consignado por todas as partes. Essa é uma das premissas do modelo.

O clube não terá queda de arrecadação; ele será responsável, por exemplo, pela definição da política tarifária nos seus jogos. Cada clube é responsável pela definição dessa política. Existe uma governança de todo esse modelo, na qual os clubes também participam, que estabelecerá e coordenará todo esse processo quando da operação do estádio.

Repito, a premissa fundamental é a de que os clubes não perderão receita. Eles poderão ter ganhos de receita.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Mas o que o investidor vai ganhar? Como é que ele vai ter receita?

O SR. ANDRÉ BARRENCE - Nós estamos aqui tratando dos dias de jogo. Conforme o edital, existe um número de dias mínimo para a execução do futebol, tomando-se como base uma série histórica, salvo engano, de 10, 15 anos. Essa série histórica leva ao número de 70 dias por ano, nos quais o futebol é praticado no estádio.

Ao longo de todos os outros dias do ano o estádio é praticamente um equipamento morto, pois não é utilizado para qualquer outro fim. O parceiro privado então poderá utilizar o Mineirão para esses outros fins. Daí é que vem a sua receita, a sua arrecadação.



O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Nesse caso, o Estado pagará para complementar determinado número? Por exemplo, o que faltar para viabilizar o empreendimento.

O SR. ANDRÉ BARRENCE - Exatamente. Mas toda a análise da taxa de retorno do investimento já foi feita.

O novo conceito inclui também áreas VIPs com restaurantes, exploração de espaços comerciais, lojas de clubes etc. Com tudo isso, o parceiro privado poderá obter suas receitas a partir do momento em que decidir explorar o espaço do Mineirão.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Mas vamos supor que o estudo de viabilidade seja 100. Se ele conseguir só 50, o Estado complementa — é isso?

O SR. ANDRÉ BARRENCE - Caso ele não consiga, o Estado tem uma contraprestação.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Quem viabiliza então o legado é o Estado. Ele é que vai bancar para que o estádio seja viável.

O SR. ANDRÉ BARRENCE - Sim. O parceiro corre risco, obviamente, como em todo modelo de parceria.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Mas qual é o risco? É isso que não estou entendendo.

O SR. ANDRÉ BARRENCE - O risco é dele, primeiro. Ele corre o risco de não atingir os indicadores de desempenho que serão aferidos pelo Estado, e aí ele pode ser apenado, pode deixar de receber a contraprestação, corre o risco de não propiciar serviços satisfatórios à população e não receber as receitas por conta desses serviços prestados. Nesse caso, obviamente, o seu retorno será menor.

A nossa ideia é ter equipamento de ponta; e, com bons serviços prestados, evidentemente, o parceiro ganha com essas receitas e o público ganha com bons serviços, o que desonera em parte o Estado da operação e manutenção dos equipamentos a longo prazo.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Estou querendo entender por que realmente esse modelo é diferente. Eu, por exemplo, tomei conhecimento ontem do modelo de Salvador. E já fui conhecer os modelos de Frankfurt, de Munique. Cada

[p15] Comentário: Sessão:0439/10
Quarto:14 Taq.:Carla Rev.:



um tem o seu modelo. Evidentemente, há participação estatal, mas nenhum deles tem esse modelo que se está fazendo aqui.

O SR. ANDRÉ BARRENCE - Realmente, ele é diferente.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - É diferenciado.

O SR. ANDRÉ BARRENCE - Se eu tivesse tempo, eu até poderia mostrar em maiores detalhes.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - A consulta está indo a público amanhã?

O SR. ANDRÉ BARRENCE - Não, a consulta foi posta publicamente hoje.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Eu acho que amanhã a conheceremos por meio da imprensa.

O SR. ANDRÉ BARRENCE - Toda a documentação está posta. Os critérios...

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Não duvido da capacidade do Antônio Anastasia...

O SR. ANDRÉ BARRENCE - Também não! (*Risos.*)

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Para isso, eu acho que ele tem capacidade extrema. Mas, realmente, essa é uma inovação.

Outra pergunta. Toda a parte de mobilidade urbana na matriz de responsabilidade coube à Prefeitura Municipal e toda a parte de infraestrutura esportiva está a cargo do Governo do Estado, no modelo que ele julgar mais conveniente. O que depende do Governo Federal, além dos aeroportos, sobre os quais falarei especificamente?

O SR. ANDRÉ BARRENCE - Essa é um ótima pergunta.

Existe demanda quase histórica do Estado de Minas Gerais, da Prefeitura de Belo Horizonte, na área de mobilidade urbana, que é justamente o metrô. Como não obtivemos resposta positiva ao longo dos anos, descartou-se essa possibilidade porque não temos inclusive tempo hábil para maturar projeto dessa magnitude até o início da Copa.

Por outro lado, existem intervenções que poderiam ser feitas até a realização da Copa, não para a mobilidade urbana na cidade de Belo Horizonte, mas sim para o acesso à cidade de Belo Horizonte pelas BRs. Então, apresentamos ao Governo



Federal algumas dessas demandas, detalhamos algumas já em projeto, e consideramos de extrema importância que elas sejam viabilizadas.

Hoje temos alguns acessos a Belo Horizonte em condições extremamente precárias. Para um evento dessa magnitude, eles não atendem de forma alguma a qualquer requisito ou às expectativas do torcedor que queira assistir a um belo espetáculo de futebol.

Penso que, tirando a parte de mobilidade urbana, o acesso à cidade pelas BRs, que constam inclusive no documento apresentado ao Governo Federal, são de extrema importância.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Mas, pergunto: quando houve a reunião das matrizes de responsabilidades o Governo Federal não assumiu essa responsabilidade?

O SR. ANDRÉ BARRENCE - Não assumiu.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Esse pleito é posterior ou anterior? Por que não foi atendido até agora...

O SR. ANDRÉ BARRENCE - Exatamente, são pleitos históricos.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Sim, pleitos históricos. Também estava vendo aqui, nas nossas informações, dados da INFRAERO de abril, segundo os quais estão previstos quase 400 milhões em investimentos em aeroportos. São eles: reforma e ampliação do terminal de passageiros, adequação do sistema viário, mais ou menos 232 milhões; e mais 176,9 milhões para pistas de pouso e decolagem e pátio, o que resulta em quase 400 milhões de reais.

A previsão de início das obras de reforma do terminal era para fevereiro de 2009. Hoje o projeto ainda está em andamento, da mesma forma que havia previsão da pista de pouso e decolagem e pátio para abril de 2010, ou seja este mês. No entanto, ainda está na fase de elaboração o termo de referência para a licitação. Ou seja, estão a menos de zero.

Se o cronograma previsto tivesse sido seguido, as obras de reforma do terminal, que se iniciaram em fevereiro, e as obras que eram para ter início neste mês de abril, ambas estariam prontas em outubro de 2013. Isso significa que, com esse atraso, nenhuma das 2 ficará pronta.

Essa é a visão do Comitê?



O SR. ANDRÉ BARRENCE - Sim. No ano passado, houve um esforço do Estado para a elaboração... O aeroporto de Belo Horizonte, o Aeroporto Internacional de Confins é tratado como equipamento extremamente estratégico pelo Estado. Existe todo um projeto de concepção de aeroporto/indústria ao redor dele que vem sendo tratado pelo Governo há mais ou menos uns 6 anos.

No final do ano passado, foi entregue um trabalho, contratado junto a uma consultoria de Cingapura, que elaborou um chamado *master plan* para o Aeroporto de Confins; ou seja, um planejamento que iria de 2009 a 2030, prevendo toda a expansão e o aumento da capacidade tanto de carga quanto de passageiros.

Esse projeto foi apresentado à INFRAERO, a quem foi dito o seguinte: a necessidade primária para a realização da Copa do Mundo seria a reforma do Terminal 1, que é o existente, e construção, ao menos em parte, de um segundo terminal. E é com essa expectativa que o Estado trabalha, mas com esses dados que o senhor me trouxe eu já considero extremamente complicado que tenhamos isso atendido.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Então, o que vai acontecer a essas alturas? Porque essa era uma responsabilidade do Governo Federal.

O SR. ANDRÉ BARRENCE - Sim, sim.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Significa que Belo Horizonte não vai ter aeroportos em condições de receber...

O SR. ANDRÉ BARRENCE - Em condições de receber o montante de turistas que esperamos, eu acho bastante complicado.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Então, estamos diante da seguinte situação: a mobilidade urbana seria feita de qualquer jeito, independentemente de haver ou não Copa. Era um plano de mobilidade urbana de governos.

O SR. ANDRÉ BARRENCE - Sim, sim.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Tanto é que já havia investimentos no Plano da Grande Belo Horizonte, que era exatamente para atender. E a única coisa nova que a Copa traz para Minas Gerais, então, é a construção do novo estádio, que vem em função da Copa.

O SR. ANDRÉ BARRENCE - Que vem em função da Copa, sim. Existia uma grande expectativa de que algumas dessas demandas históricas também fossem



contempladas, e eu continuo, até certo ponto, esperançoso de que consigamos, principalmente com relação ao metrô, porque eu acho que seria mais improvável esse acesso pelas BRs, e ao aeroporto, porque eu acho que já está mais do que provado que ele está aquém da capacidade de operação que necessitamos.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Também temos a informação, que eu gostaria de checar, de que tanto o Governo estadual quanto o Governo municipal ainda não têm um modelo de transparência de tudo o que está acontecendo, ou seja, há a informação de que os senhores ainda não adotaram nenhum tipo de divulgação mais...

O SR. ANDRÉ BARRENCE - Posso falar mais especificamente sobre o Governo do Estado de Minas Gerais: temos um modelo já consagrado de monitoramento de projetos e de políticas públicas e também de publicização e transparência desses projetos.

Esse projeto da Copa está ligado ao Programa Estado para Resultados e à Secretaria de Planejamento. O portal do Estado para Resultados tem funcionado muito como um veículo de transparência e de publicização de tudo o que é feito em relação a essas intervenções maiores.

Por exemplo, a consulta pública colocada hoje no ar encontra-se disponível no *site* do Estado para Resultados para qualquer cidadão que quiser fazer esse acesso e ter contato com os documentos e com o modelo que estamos apresentando.

Eu não sei especificamente falar sobre a Prefeitura, qual é o modelo que eles vêm adotando em relação a esse acompanhamento e transparência dos projetos, mas eu tenho segurança em dizer que, da nossa parte, já temos um modelo consagrado não só em relação aos projetos ligados à Copa, mas a todos os projetos considerados estratégicos ou prioritários.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Mas não seria interessante ter um específico para a Copa, na medida em que é um evento bem...

O SR. ANDRÉ BARRENCE - Sim, eu acredito que seja. É como eu disse, vimos utilizando muito o portal do Estado para Resultados para fazer essa veiculação, mas talvez...



O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Mas como a Prefeitura, o senhor não conhece o modelo...

O SR. ANDRÉ BARRENCE - Eu não conheço o modelo.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Seria interessante, já que os 2 estão tão afinados, fazer...

O SR. ANDRÉ BARRENCE - Sim, talvez fazer um único portal conjunto, talvez possa ser interessante.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Porque essa Subcomissão tem sob sua responsabilidade, em conjunto com o Tribunal de Contas da União e os Tribunais de Contas dos Estados e Municípios que vão sediar a Copa, um portal de transparência. Aliás, o Tribunal de Contas de Minas Gerais também faz parte desse portal, dessa rede de fiscalização. E uma das expectativas **que** temos é que muito brevemente o Tribunal de Contas da União e os Tribunais de Contas dos Estados baixem instruções normativas para que essa transparência se dê de acordo com um padrão que facilite a fiscalização de todos os entes que tenham interesse, especialmente a sociedade.

Então, queremos deixar essa sugestão.

O SR. ANDRÉ BARRENCE - Recentemente, estivemos com uma equipe, salvo engano, na Casa Civil, que tratou de um portal específico em que ela pretende fazer o monitoramento desses projetos ou das principais ações referentes à Copa nos Estados, no qual cada Estado faria a sua alimentação específica, com informações e atualizações dos *status* de cada intervenção.

Como eu disse, já existe essa tradição no Governo do Estado e não vejo problema em pensarmos, em conjunto com a Prefeitura, uma forma unificada de fazer essa prestação de informações, principalmente após o lançamento desse planejamento estratégico que, aí, sim, vai conter uma carteira não só destes projetos mais específicos de infraestrutura esportiva, de infraestrutura de mobilidade urbana, mas toda uma carteira que se vai estender até a operação do evento. Então, eu acho que é uma sugestão muito válida.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - A Deputada Rebecca já fez perguntas sobre as questões hoteleira e de segurança. Existem outros pontos que foram levantados por um relatório feito em 2008 pela ABDIB, contratada pela CBF e pelo

[P16] Comentário: Sessão:0439/10
Quarto:16 Taq.:Odilon Rev.:



Ministério dos Esportes, que eu acho que, um ano e meio depois, já está desatualizado, mas há algumas referências sobre cada uma das cidades-sede.

Além do que afirmou a Deputada Rebecca, está anotado aqui que em termos de saneamento a cidade apresenta 3 dos 8 indicadores universais abaixo do mínimo, sendo que outros 2 se situam entre o mínimo e o ideal e 3 se encontram em nível igual ou superior. E para pleitear os jogos a cidade deve realizar investimentos na melhoria de indicadores em condições desfavoráveis. Ou seja, há um projeto de investimentos também em saneamento em função da Copa ou coisa assim?

O SR. ANDRÉ BARRENCE - Eu confesso que desconheço esses dados. Como o senhor disse, provavelmente eles estão até desatualizados. Mas é claro que tanto o Município quanto o Estado, principalmente através da COPASA, da companhia de saneamento, trabalham com muito vigor e muito foco não só em Belo Horizonte, mas na região metropolitana como um todo até pela própria proximidade dos Municípios.

Eu não saberia dizer de cabeça, Deputado, qual é o plano de investimento da COPASA para os próximos 5 anos nem em valores nem em escopo voltado especificamente para alguma intervenção dirigida à Copa. Não saberia lhe trazer essa informação agora. Mas se realmente esses indicadores tiverem esse patamar que o senhor informou, eu gostaria de checar e, se for o caso, remeter-lhe essa informação porque eu, a princípio, desconheço tanto a atualização quanto o conteúdo desses indicadores.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Eu vou finalizar as perguntas, pelo menos nesta etapa. Mas quero constatar que serão investimentos de 1 bilhão, 522 milhões na área de mobilidade urbana feitos pela Prefeitura e mais 426 milhões na área de arenas, com mais aqueles investimentos que serão feitos, inclusive no Independência, o que dá em torno de 2 bilhões, só nessa parte, e mais algum investimento que certamente será feito pelo Município ou pelo Estado para atender outras demandas.

Diria que Minas Gerais está investindo cerca de 2,5 bilhões e o Governo Federal — investimento previsto, ainda não iniciado —, 400 milhões. Esse é o balanço que poderíamos fazer.



O SR. ANDRÉ BARRENCE - Eu acho que se pudéssemos colocar isso em números globais, realmente chegaremos a uma desproporção muito grande.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Mais de 5 vezes.

O SR. ANDRÉ BARRENCE - Principalmente porque, como disse o nosso colega da Bahia, muito desse investimento que o Estado e a Prefeitura, no nosso caso, vão fazer é originário de empréstimos, de financiamentos, ou seja, é um dinheiro que custa caro, é um dinheiro que vai ser investido mas vai ser pago, e não é um dinheiro barato.

Esse mecanismo poderia ser repensado pelo Governo Federal. Acho que é um pleito quase unânime de todas as cidades que vão fazer intervenções.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - O que Minas Gerais está fazendo em relação a isso? Qual vai ser a atitude diante desse fato?

O SR. ANDRÉ BARRENCE - Minas Gerais sempre se posicionou de uma forma muito parceira do Governo Federal. Temos parcerias muito bem-sucedidas, outras nem tanto; mas o número de parcerias bem-sucedidas supera a de fracassos ou insucessos.

Porém, para a realização de um evento dessa magnitude faz-se necessária uma coalizão muito grande, um alinhamento muito grande, independentemente de qualquer outra questão que possa perpassar o relacionamento entre Estado e Governo Federal ou Estado e Municípios.

O Governo do Estado de Minas Gerais vai continuar apostando no Governo Federal como um parceiro, mas, como em toda parceria, há também as contraprestações. Se realizarmos a nossa parte, queremos que o Governo Federal também arque com a sua responsabilidade, assumida num documento formal com todos os Estados.

Todo tipo de pressão, todo tipo de negociação possível para que isso seja efetivamente realizado, estamos dispostos a fazer. A bancada mineira vem atuando junto ao Governo tentando viabilizar vários desses investimentos, como, por exemplo, o recurso destinado ao Independência, que foi exaustivamente negociado com o Ministério do Turismo. Aos 45 minutos do segundo tempo do ano passado, conseguimos.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Era emenda de bancada?



O SR. ANDRÉ BARRENCE - Uma emenda de bancada. Então, aos 45 minutos do segundo tempo, conseguimos que o recurso fosse empenhado para Minas Gerais.

À medida que esse tipo de desgaste for reduzido, melhor para todos os atores envolvidos no processo, afinal de contas, a Copa do Mundo não vai acontecer apenas em Minas Gerais, na Bahia ou em São Paulo; a Copa do Mundo será no Brasil. A imagem que fica é a do País como um todo. Uma pessoa que vem de fora não se interessa em saber de quem é a responsabilidade. Ela quer ser bem atendida, quer assistir a um bom espetáculo.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Sr. Presidente, V.Exa. se lembra da audiência pública realizada na semana retrasada, com a presença de representantes de Cuiabá e Manaus, quando obtivemos a mesma informação: o que cabia ao Governo do Estado e Prefeitura fazerem eles estavam fazendo, investindo, e também lá o Governo Federal não tinha iniciado nenhuma das obras com as quais se havia comprometido.

O SR. ANDRÉ BARRENCE - Deputado, o senhor tocou num ponto crítico, a questão do acesso a Belo Horizonte, o acesso com infraestrutura viária. Não adianta termos a falsa ilusão de que a Copa será movimentada por atores nacionais ou pessoas que se vão deslocar dentro do nosso território, utilizando somente aeroportos regionais ou aeroportos de menor porte. Trata-se de um evento mundial. Como todo anfitrião, queremos que nossos convidados sejam bem recebidos.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - A FIFA e o comitê local têm tido alguma atuação no sentido de um acompanhamento, uma cobrança, uma fiscalização desse cronograma?

O SR. ANDRÉ BARRENCE - Nas ações que dizem respeito aos Estados e, especificamente, ao Estado de Minas Gerais, o COL tem atuado de forma bastante ativa. Ele é muito provocador...

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - O estádios?

O SR. ANDRÉ BARRENCE - Os estádios e também a parte de mobilidade; mas principalmente os estádios têm sido alvo de bastante cobrança pela FIFA e pelo COL. Mas não sei como têm funcionado essas demandas junto ao Governo Federal já que, como disse, tudo faz parte do evento.



O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Muito obrigado.

Deputada Rebecca, gostaria de fazer as perguntas ao representante de Salvador?

A SRA. DEPUTADA REBECCA GARCIA - O Sr. Everaldo Augusto, desde o início, referiu-se à falta de capacidade da Prefeitura, que o Estado estaria assumindo a responsabilidade de grande parte da infraestrutura que deveria ser dividida, dos gastos que teoricamente deveriam ser divididos entre Prefeitura da Capital e Governo do Estado.

Gostaria de saber do senhor se, no caso da mobilidade urbana, ficou sob a responsabilidade do Estado. As últimas informações que recebemos diziam que ainda estava tudo no papel, que ainda não tinha começado nada. Queria saber se ainda continua assim e se a responsabilidade é do Estado.

O SR. EVERALDO AUGUSTO - Essas ações previstas na matriz de responsabilidade cabem ao Estado, em função da incapacidade da Prefeitura de endividamento momentâneo. A própria Prefeitura vai assumir outras responsabilidades que também vão envolver recursos.

O fato de hoje a Prefeitura estar incapacitada de fazer frente a um financiamento do BNDES para operar alguma ação preparatória da Copa não quer dizer que, daqui a algum tempo, não se resolva essa situação e ela volte a assumir outras responsabilidades.

No que diz respeito à ação concreta deste Corredor Estruturante Aeroporto-Fonte Nova, passando pelo Acesso Norte, a responsabilidade concreta da Prefeitura é pela elaboração do projeto básico, que envolve uma discussão sobre a opção pelo veículo leve sobre trilhos ou pelo veículo sobre pneus. No caso, a opção da Prefeitura recai sobre o veículo sobre pneus, e ela deve apresentar agora, no próximo mês, o projeto básico. De posse desse projeto, o Estado fará frente a suas responsabilidades pela execução da obra.

É necessário dizer também que esse corredor estruturante faz parte de um planejamento estratégico do Estado para a mobilidade urbana, que vai além das obras da Copa, que vai além inclusive do Município de Salvador. É um projeto estratégico, metropolitano, que atinge inclusive o Estado de Sergipe. Não é o caso aqui.

[p17] Comentário: Sessão:0439/10
Quarto:18 Taq.:Antonio Morgado Rev.:



No que diz respeito à Copa, a etapa necessária, fundamental é esse corredor estruturante e algumas outras iniciativas de menor porte, de menor impacto, vamos dizer assim, mas também necessárias. Essas não estão atrasadas, porque não demandarão tanto tempo assim. São obras de preparação de acesso às arenas de treinamento. No caso de Pituaçu, uma parte já está pronta — a parte de mobilidade urbana para o Estádio de Pituaçu; e também o Estádio do Barradão, do Vitória, alargamento e duplicação de pistas.

No que diz respeito ao corredor estruturante, a obra da Copa, obra de mobilidade urbana, uma obra fundamental, estamos em vias de receber o projeto básico da Prefeitura, cuja opção é pela utilização do corredor estruturante com ônibus articulados.

A SRA. DEPUTADA REBECCA GARCIA - A respeito da licitação da Arena, fechada em 591,7 milhões de reais, está incluído tudo, com a entrega do estádio pronto?

O SR. EVERALDO AUGUSTO - É o estádio pronto.

A SRA. DEPUTADA REBECCA GARCIA - Certo.

Existe outro investimento na área de infraestrutura para os estádios ou apenas esse será reformado?

O SR. EVERALDO AUGUSTO - Para o estádio em si é esse valor, que, inclusive, pode diminuir em função da renúncia fiscal. A Prefeitura já aprovou uma lei de renúncia fiscal no Município a fim de baratear os custos, para induzir investimentos nas obras da Copa como um todo, não somente em relação a estádios. Isso vai ter impacto, pode reduzir o custo da reforma do estádio. E o Governo do Estado também deverá fazer o mesmo.

Outra parte do projeto da Arena não está inclusa nesse custo, que é o entorno. O consórcio vencedor, em um ano, tem de apresentar uma proposta de viabilidade de exploração do entorno do estádio. Ao apresentar essa proposta, vai trazer também a discussão sobre a sustentabilidade do estádio após a Copa do Mundo. Então, um ano após, o consórcio teria a obrigatoriedade de apresentar essa proposta, a não ser que abra mão disso. Aí, o Estado faria uma segunda licitação ou uma segunda PPP, enfim, tomaria outra providência.



O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - A construção? O que fariam no entorno?

O SR. EVERALDO AUGUSTO - O que fariam? Não está ainda definido se serão estacionamentos, *shoppings*, hotéis, áreas de entretenimento, enfim, o que seria utilizado no entorno do Fonte Nova. É uma pena que nós não tenhamos trazido uma transparência, mas no entorno da Fonte Nova existe uma área muito bonita de preservação natural, uma área de proteção ambiental e uma outra parte, onde está o Estádio do Balbininho, que também não vem sendo utilizado há muito tempo e será demolido. O local será utilizado como área de hospitalidade para a Copa e depois terá outra destinação. O consórcio vencedor apresentará uma proposta quanto a essa destinação; dentro de uma perspectiva de sustentabilidade, o que poderia ser explorado naquela área: *shoppings*, rede de hotéis, enfim.

A SRA. DEPUTADA REBECCA GARCIA - O senhor falou em estacionamento. Nestes 591 milhões já está contemplado o estacionamento necessário...

O SR. EVERALDO AUGUSTO - ...para a Copa.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - O que não está contemplada é essa outra necessidade...

O SR. EVERALDO AUGUSTO - Essa segunda etapa...

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - A FIFA faz exigências quanto ao estacionamento, quanto ao entorno, à chegada. Tudo isso faz parte de um projeto.

O SR. EVERALDO AUGUSTO - Os estacionamentos exigidos pela FIFA estão dentro dos 591 milhões.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - O que não está dentro dos 591 milhões?

O SR. EVERALDO AUGUSTO - O que não estão os prováveis investimentos, as prováveis intervenções no entorno, porque isso depende de uma opção, e essa opção está ligada à sustentabilidade do estádio. O consórcio vencedor ficará com o estádio durante 30 anos. Então, ele vai pensar no investimento a ser feito: um complexo hoteleiro, um *shopping* ou uma área de entretenimento. Além do que já está previsto no próprio estádio. Nesse custo já estão previstos restaurantes, museus e os próprios estacionamentos exigidos para a Copa do Mundo.



O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Centro de mídia também?

O SR. EVERALDO AUGUSTO - Centro de mídia também está previsto nesse custo.

A SRA. DEPUTADA REBECCA GARCIA - Eu tenho aqui algumas anotações e, nestes pontos de atenção, chamou minha atenção a questão hospitalar. Nós estamos acompanhando o que está acontecendo na África do Sul, e um dos pontos que consideramos problemáticos em Salvador são os poucos leitos no sistema público de saúde. Eu queria saber se há algum projeto já encaminhado para que, até a época da Copa, haja os números mínimos exigidos para atender a população que vai passar por Salvador na época dos jogos.

O SR. EVERALDO AUGUSTO - Ainda este ano o Governo do Estado vai concluir grandes empreendimentos relacionados à saúde: um hospital geral no subúrbio de Salvador que duplicará a capacidade de leitos públicos na cidade; e estão previstos também ainda para este ano, em Feira de Santana, 2 grandes hospitais — o Hospital da Criança e o Hospital da Mulher. Essa região é próxima de Salvador.

Mas o planejamento estratégico relacionado à saúde para a Copa do Mundo, assim como para a segurança, ainda não está elaborado. Nós sabemos que os investimentos que estão sendo feitos hoje responderão à carência apresentada hoje, mas ainda não temos a estimativa da carência de leitos ou de iniciativas que teremos em 2014. Isso ainda está em fase de estudo.

A SRA. DEPUTADA REBECCA GARCIA - Está certo. Acho que posso passar para o Silvío.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Eu vou fazendo um bate-bola aqui. Voltando à matriz de responsabilidade, eu fiquei um pouco surpreso porque, entre os investimentos previstos, daqueles que eu conheço de obras de mobilidade urbana, Salvador tem os menores. São apenas 567 milhões previstos para mobilidade urbana e nós sabemos que Salvador é uma metrópole complexa e tem gargalos de mobilidade.

Então, a primeira pergunta é: e os outros projetos? Salvador tem outros projetos? Por que não entraram, por que não foram contemplados?



O SR. EVERALDO AUGUSTO - Nós estamos falando das obras que estão ligadas diretamente à Copa do Mundo, estamos considerando que são aquelas previstas hoje na matriz de responsabilidade, mas existem obras do PAC, tanto do ponto de vista de saneamento em Salvador, como de mobilidade urbana, de grande impacto na cidade, que surtirão seus efeitos agora neste ano.

Hoje está sendo construída uma via expressa que liga o Acesso Norte ao Porto de Salvador, que corta uma área de uns 10 quilômetros na cidade. Isso vai, com certeza, desafogar o trânsito e resolver muitos problemas de mobilidade urbana na cidade de Salvador e vai servir para a Copa.

Além disso, existe um planejamento estratégico do Governo do Estado, até o ano de 2021, de investimentos de 18 bilhões de reais em obras de mobilidade urbana. São obras que contemplam Salvador e a região metropolitana. Agora, em caráter prioritário e estratégico, para ser iniciado desde já, é esse corredor estruturante, que está previsto na matriz de responsabilidade, e essa outra obra do PAC que, com ou sem Copa, seria realizada da mesma forma.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - São obras com recursos federais apenas, não é?

O SR. EVERALDO AUGUSTO - Recursos federais.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Para esse projeto são recursos que o Governo do Estado está assumindo com o Governo Municipal, os 2 estão assumindo, com financiamento da Caixa.

O SR. EVERALDO AUGUSTO - Isso

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Essa é uma questão da falta de condições da Prefeitura para assumir. O Estado está assumindo o financiamento e a Prefeitura vai repassar esse recurso... Como é que vai ser?

O SR. EVERALDO AUGUSTO - O Estado vai assumir e executar a obra.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Sim, mas ele vai assumir o financiamento. A Prefeitura vai reembolsá-lo?

O SR. EVERALDO AUGUSTO - Não. A Prefeitura não vai reembolsar. O Estado vai executar como obra do Governo do Estado.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Então, não há nenhum recurso municipal?



O SR. EVERALDO AUGUSTO - O único recurso municipal vai ser empregado no projeto básico relacionado a essa obra e em outras intervenções que a Prefeitura realizará, porque a Prefeitura também tem um projeto municipal de mobilidade urbana que contempla demandas da Copa, e ela vai arcar. Mas é um custo muito menor — vamos dizer assim.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Então, este projeto da BRT, o corredor estruturante, é só o Governo do Estado que vai pagar?

O SR. EVERALDO AUGUSTO - Só o Governo do Estado.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - A informação que recebemos é que o Governo Municipal estava junto, por isso eu estou fazendo essa pergunta.

Na medida em que a Arena vai ser toda bancada pelo Governo do Estado, ele, sozinho, vai assumir 1 bilhão e 100 milhões só na matriz de responsabilidade. Está assumindo isso e se endividando com esse valor. Ele tem recursos próprios?

O SR. EVERALDO AUGUSTO - Não, são recursos do BNDES.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Então ele não tem recursos próprios.

O SR. EVERALDO AUGUSTO - Foi autorizado pela Assembleia a ir atrás desse recurso.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Há cidades, como Manaus e Cuiabá, que já tinham dinheiro no orçamento para esse investimento.

O SR. EVERALDO AUGUSTO - Não, nesse caso, não tem. No caso do Estádio da Fonte Nova há um limite máximo de financiamento do Estado de 400 milhões. Então, o que não for abatido de renúncia e de isenção, o Estado bancará, naturalmente. Mas, a rigor, todo o custo do estádio será bancado pelo financiamento contraído pelo Estado.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Uma outra questão. Está previsto que a implosão do Fonte Nova aconteça agora, nos próximos dias, eu não sei.

O SR. EVERALDO AUGUSTO - O atual estágio que nós temos em relação à Fonte Nova é a vistoria cautelar, o licenciamento de desocupação, o licenciamento de montagem do tapume, esses licenciamentos prévios que fazem parte do projeto básico. Eles já estão resolvidos e respondidos. Agora será apresentado o projeto básico ao LOC. Com a aprovação do projeto básico, será apresentado o projeto de demolição, o consórcio apresentará um projeto de demolição. Comenta-se que não



será uma implosão total, mas uma combinação de técnicas será utilizada neste processo de desmonte do estádio. Primeiro se vai destruir o andar superior e depois demolir a parte inferior do estádio, e esse processo deve acontecer no próximo mês de maio.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - O início de obras, digamos assim, propriamente dito, aconteceria em maio?

O SR. EVERALDO AUGUSTO - Em maio.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Nós temos também a informação de que o Ministério Público Federal entrou com uma ação civil pública, porque ele quer que seja avaliado o impacto da implosão no entorno arquitetônico, histórico. É essa a informação?

O SR. EVERALDO AUGUSTO - No caso do Fonte Nova, existem no seu entorno 3 bens tombados pelo Patrimônio da União: o Dique do Tororó, a Casa de Dona Anfrísia, um antigo colégio, e um mosteiro — não me lembro agora o nome do mosteiro. Nessa região há, portanto, toda uma valorização do ponto de vista do patrimônio cultural.

O Ministério Público Federal solicitou o tombamento do imóvel Fonte Nova ao IPHAN, que, por sua vez, acionou o IPAC, que é o correspondente estadual, e o IPAC, por sua vez, acionou o Ministério Público Estadual. Tanto o IPHAN quanto o IPAC e o Ministério Público Estadual negaram o tombamento. Não há justificativa para tombar aquele bem porque, no lugar dele, será construído um outro, mantendo as mesmas características e que repercutirá numa valorização arquitetônica e paisagística e preservará a memória do que representa hoje a Fonte Nova. Então, não haveria razão.

O Ministério Público Federal, não tendo satisfeito o seu intento de tombar a Fonte Nova, diante dessas negativas seguidas dos 3 órgãos, entrou na Justiça Federal com um pedido de liminar para suspender o processo de demolição que está em vias de ocorrer, porque vai ser apresentado o projeto de demolição e, em seguida, o estádio será demolido.

Houve a apresentação desse pedido de liminar. O pedido foi negado. O Ministério Público Federal não conseguiu a liminar para suspender o processo de demolição. O juiz, então, vai ouvir as partes e o Governo do Estado está confiante



em que há um equívoco neste pedido de tombamento e que, com certeza, a construção de um novo estádio será um ganho cultural e esportivo para a Bahia.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Sr. Everaldo, o modelo de PPP que o Estado da Bahia adotou é um modelo em que ele concede, porque é o proprietário de toda a área, era o proprietário do Fonte Nova, por um prazo, que não sei qual é, e a iniciativa privada, a única empresa que disputou, o Consórcio Odebrecht/OAS... Não é isso?

O SR. EVERALDO AUGUSTO - Odebrecht/OAS/Amsterdam.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Eles ficarão com o direito de exploração por um prazo e ainda assim haverá algum aporte de recursos públicos, como é o caso de Minas Gerais, em Belo Horizonte?

O SR. EVERALDO AUGUSTO - É uma modelagem de PPP cujo consórcio vencedor foi o Norberto Odebrecht, OAS e Amsterdam. Vão construir e explorar o equipamento durante 30 anos. Terão as suas garantias e também os seus riscos.

Quanto à extensão desses riscos e dessas garantias, hoje seria precipitado se avançar. Em função de quê? Em função de que uma segunda parte do projeto ainda está em aberto, justamente o entorno, que vai ser fundamental para a sustentabilidade. O que existe no contrato, no processo de licitação é que, não havendo sustentabilidade por alguma razão, o Estado assumiria uma responsabilidade de contraprestação para evitar um exagero no risco do consórcio vencedor.

Porém, todos esses parâmetros só poderão ser definidos e mensurados após a apresentação dessa segunda fase, que é o projeto de exploração do entorno da Fonte Nova, porque a sustentação do Estado vai-se dar através dos jogos dos times da Bahia, da utilização, durante determinados períodos do ano, para outras atividades e da exploração comercial do seu entorno. É uma área muito valorizada paisagisticamente e também do ponto de vista da arquitetura. É uma área central, muito aprazível. Com certeza, isso traz uma qualificação dos investimentos que serão feitos ali.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Sr. Everaldo, também sabemos que o estádio que vai ser construído terá uma capacidade para até 60 mil espectadores; depois, a capacidade poderá ser reduzida para 40 mil. É isso?

[p19] Comentário: Sessão:0439/10
Quarto:22 Taq.:Adriana Rev.:



O SR. EVERALDO AUGUSTO - Não. Já está definido que serão 50 mil.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Serão 50 mil permanentes?

O SR. EVERALDO AUGUSTO - Permanentes.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - No histórico de disputas futebolísticas, especialmente nos chamados BaVi, tem dado mais de 60 mil pessoas.

O SR. EVERALDO AUGUSTO - Antigamente.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Antigamente. Suponhamos que o futebol da Bahia tenha uma recuperação, digamos assim, esse estádio não será suficiente para abrigar, com certeza.

O SR. EVERALDO AUGUSTO - Nós acreditamos que sim, porque esta superpopulação de torcedores ocorria eventualmente, de 2 em 2 anos. Não era uma constante na sequência do estádio. No Estádio de Pítuaçu, que tem uma capacidade menor, o máximo são 35 mil pessoas, nestes 2 anos de uso, tem uma média de 26 mil espectadores. Claro que a Fonte Nova terá um atrativo muito maior, inclusive por sua localização, e terá um fluxo maior de pessoas. Mas para as condições do futebol da Bahia é um estádio em condições ideais.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Estou me referindo a um estudo feito pelo SINAENCO, há uns 2 anos, que fez um diagnóstico de todas as cidades que estavam se candidatando a sede. O interessante nas observações é que o valor médio do ingresso em 2007, quando houve aquele acidente no Fonte Nova, era 9 reais e 47 centavos. Segundo o estudo deles, para a sustentabilidade de um estádio posteriormente, depois de reconstruído, estaria em torno de 30 reais. O senhor acha que, economicamente, a população sustentaria uma arena multiuso. Esse estudo do legado foi feito?

O SR. EVERALDO AUGUSTO - Não tenho conhecimento de como foram elaborados esses cálculos, mas posso adiantar que não devem ter levado em conta, porque inclusive não conheciam o projeto da nova Fonte Nova, outras possibilidades de exploração comercial do novo estádio. Nós teremos um estádio muito mais confortável, todo coberto, com cadeiras em toda a sua extensão, onde as famílias poderão frequentar tranquilamente; com o mesmo conforto que vão a um *shopping*, a um cinema, irão também ao estádio, inclusive com mais segurança e com mais atrativos do ponto de vista de lojas, restaurantes, museus e possivelmente até



mesmo cinema. Isso tudo no ambiente do próprio estádio. Isso, com certeza, vai otimizar a sua exploração econômica.

De fato, um ingresso a 30 reais, em média — o que significa que vai haver ingresso mais caro, ingresso mais barato —, pode inviabilizar em virtude das condições econômicas do torcedor. Hoje, quando os ingressos em Pituaçu ficam mais caros, são em torno de 20 reais.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Um dos mais caros?

O SR. EVERALDO AUGUSTO - Nos jogos para os quais existe uma procura maior, em torno de 20 reais. Nos jogos da seleção o ingresso foi 100 reais.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Voltando à questão de infraestrutura, a informação que temos da INFRAERO é que o aeroporto de Salvador atualmente não tem problemas de saturação, está dando conta da demanda, está satisfatório o atendimento. V.Sa. confirma isso?

O SR. EVERALDO AUGUSTO - O que existe como previsão da INFRAERO é a construção de uma terceira pista no aeroporto de Salvador, que foi reformado não faz muito tempo, porém, já não apresenta as condições mais ideais de fluxo, de tráfego de passageiros e até mesmo de cargas. Então, o projeto é construir uma terceira pista no aeroporto de Salvador. Há um problema de ordem ecológica que não é pequeno, que tem importância, porque o aeroporto situa-se numa zona de proteção ambiental. E essa terceira pista, se não for bem planejada, pode adentrar essa área, o que não é possível.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - A informação que a INFRAERO nos passou é que há 3 projetos. Um é a construção da torre de controle, no valor de apenas 5 milhões, cuja obra estaria prevista para ser iniciada em janeiro de 2011 e terminada em dezembro. Está atualmente na complementação do projeto executivo, que ainda não está pronto.

A reforma do terminal de passageiros também se iniciaria em maio de 2011, demoraria praticamente 2 anos para ser terminada e custaria cerca de 2 milhões.

E a reforma e a ampliação das pistas, obras que ficariam em cerca de 18 milhões. Seriam iniciadas em março de 2011 e também demorariam 2 anos. Essas 2 obras estão em fase de elaboração do termo de referência para licitação.

O SR. EVERALDO AUGUSTO - Isso.



O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Então, todo o investimento a ser feito pelo Governo Federal em Salvador é de 44 milhões, ainda não iniciados.

O SR. EVERALDO AUGUSTO - Não iniciados. E isso aí não leva em conta uma outra responsabilidade do Governo Federal relacionada ao Porto de Salvador, que está na fase zero.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Ou menos zero.

O SR. EVERALDO AUGUSTO - Ainda não existe o projeto básico, sequer o projeto executivo.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Nem a licitação do projeto executivo foi feito.

O SR. EVERALDO AUGUSTO - É. Mas, com certeza, nesse próximo período haverá investimentos do Governo Federal na melhoria e ampliação do Porto de Salvador.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Salvador tem uma rede hoteleira que atende de forma satisfatória, até porque no entorno de Salvador existem muitos investimentos e novos investimentos estão sendo feitos. A Bahia tem muitas opções de rede de hotelaria.

As questões que preocupam, além da rede hospitalar, a que a Deputada Rebecca Garcia se referiu, é a questão da segurança, porque Salvador tem índices altos de criminalidade — nós acompanhamos o noticiário sobre isso e também o diagnóstico feito — e esta questão de portos e aeroportos, mais especialmente de portos.

O senhor acabou de dizer que existem previsões de recursos. Sabe dizer quanto?

O SR. EVERALDO AUGUSTO - Não, porque isso ainda depende de algumas discussões no âmbito da INFRAERO, do Governo do Estado. Existe o Porto Sul, que também vai ser construído, e o outro Porto de Aratu. Então, há ainda uma situação de opção do que deveria ser feito no porto exclusivo de Salvador.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Tenho uma pergunta que eu gostaria de fazer a ambos e acabei não fazendo ao representante de Minas Gerais: os senhores poderiam nos dar os números de quais as isenções ou incentivos fiscais que foram feitos, os valores previstos e por quanto tempo? É possível obtermos



esse número? O que as Prefeituras de Salvador e de Belo Horizonte concederam à FIFA e a investidores privados em termos de isenções tributárias? O Governo Federal vai nos mandar proximamente um projeto de lei que vai tratar das isenções e incentivos em relação aos quais o Governo Federal se comprometeu com a FIFA. Quando os Estado e as cidades se candidataram a sede, também assinaram compromisso de dar isenção de tributos ou coisa semelhante. Será que é possível obter esses números?

O SR. ANDRÉ BARRENCE - Deputado, eu não saberia lhe passar esses números de prontidão. Posso obtê-los facilmente com a Secretaria de Fazenda e encaminhá-los à Comissão.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Eu queria saber se já foram aprovados.

O SR. ANDRÉ BARRENCE - Os referentes à Prefeitura, acho que já foram aprovados, era alguma questão referente a ISS. Salvo engano, já foram aprovados, mas eu não saberia dizer. Em relação ao Estado, acredito que ainda não tenham sido aprovados. O projeto ainda está em discussão.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - É uma informação importante para nós. Assim como nós gostaríamos de saber se os investidores, especialmente os que estão investindo nos estádios, estão na expectativa de terem isenções federais também para isso, que é o caso do Rio Grande do Sul e de Curitiba.

O SR. ANDRÉ BARRENCE - Eu não gostaria de passar nenhuma informação preliminar tanto por parte da Prefeitura quanto do Estado, especificamente, porque eu não saberia dizer qual é esse montante.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Mas existem compromissos.

O SR. ANDRÉ BARRENCE - Existem comprometimentos firmados há algum tempo.

O SR. EVERALDO AUGUSTO - No caso de Salvador, a Prefeitura enviou o projeto aprovado pela Câmara. Posso assumir o compromisso de enviar na íntegra...

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - A Prefeitura deve ser só ISS, não é?

O SR. EVERALDO AUGUSTO - ...o projeto aprovado dos tributos municipais. No caso do Governo Estadual, ainda não foi enviado o projeto para a Assembleia, mas será enviado.



O SR. ANDRÉ BARRENCE - Se não me engano, havia determinados setores específicos. Não estou recordando quais seriam esses setores.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - O Rio Grande do Sul, por exemplo, está pleiteando isenções na área de material para construção civil. São os investimentos que estão sendo feitos nos estádios. Alegam eles que os governos, que são proprietários dos estádios, são públicos e estão recebendo benefícios que os privados não estariam recebendo. Então, se eu pudesse obter essa informação....

O SR. ANDRÉ BARRENCE - Vou verificar e encaminhar à Comissão.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Eu queria, Sr. Presidente, para encerrar, dizer que hoje a *Folha de S.Paulo* traz informações importantes sobre a Copa, entre elas, há a seguinte notícia:

“Uma reunião entre integrantes da INFRAERO e do TCU acendeu o sinal vermelho em relação às obras de 16 aeroportos que vão servir às sedes da Copa de 2014, no Brasil.

Informou a INFRAERO que só no final de 2011 terão os projetos executivos das obras.”

Só no final de 2011!

“Somente depois disso serão feitas as licitações, o que não deve ocorrer antes de 2012.

Os prazos foram considerados exíguos e preocuparam os técnicos dos dois órgãos, porque, além das licitações serem complexas, as obras também vão precisar de licença de órgãos ambientais em muitos casos, o que fará com que os prazos aumentem ainda mais.”

Esse tema será discutido no próximo dia 11, no TCU. O Tribunal de Contas da União convidou os Estados e Municípios a comparecerem a essa discussão. Esta Subcomissão será representada por mim e pela Deputado Rebecca Garcia. O TCU faz parte da rede de fiscalização a que já me referi.

Acho que hoje os aeroportos se constituem na maior preocupação do Brasil com relação à Copa, porque as obras nos estádios, de um jeito ou de outro, acabam



sendo apressadas, embora algumas cidades-sede até agora não tenham conseguido viabilizar sequer os recursos para a construção de estádios. Há uma ideia no ar de que a FIFA poderia diminuir o número de cidades-sede no Brasil porque algumas não estariam em condições de sediar os jogos, conforme se comprometeram com a FIFA.

Independentemente disso, acho que a questão dos aeroportos é a que mais preocupa. Nós estamos agendando para o próximo dia 6 um convite ao representante da INFRAERO para vir aqui esclarecer essas preocupantes notícias. Queríamos convidar V.Sas. para aqui comparecerem ou assistirem, ao vivo, pela Internet — a audiência vai ser transmitida — ou talvez também pela TV Câmara. Mas se quiserem estar presentes, será um prazer.

No mais, Sr. Presidente, agradeço, em meu nome, a participação aos representantes do Estado de Minas Gerais, Município de Belo Horizonte, e da Bahia, Município de Salvador, que trouxeram informações importantes para esta Subcomissão

O SR. PRESIDENTE (Deputado Felipe Bornier) - Agradeço a presença ao Sr. Everaldo Augusto, Chefe de Gabinete da Secretaria Extraordinária do Comitê Gestor Estadual da Copa do Mundo FIFA 2014 no Estado da Bahia; e ao Sr André Barrence, Gerente-Adjunto do Projeto Copa de 2014 do Estado de Minas Gerais

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a reunião, antes, porém, convoco os Srs. Deputados para reunião de audiência pública a ser realizada amanhã, dia 29 de abril, quinta-feira, às 9h, para discutir acerca do atrasos das obras para a Copa do Mundo de 2014 com os convidados Orlando Silva, Ministro do Esporte, e Marcio Fortes, Ministro das Cidades.

Está encerrada a reunião.

[p21] Comentário: Sessão:0439/10
Quarto:25 Taq.:Adriana Rev.: